



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020-2021

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 007-2021
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 040-2021
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 17 (dezesete) dias do mês de maio de 2021, o **MUNICÍPIO DE COCOS**, Estado da Bahia, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.222.012/0001-75, neste ato representado pelo Senhor Marcelo de Souza Emerenciano, brasileiro, médico, portador da Cédula de Identidade n.º 9.129.078-28 SSP-BA e CPF nº 021.272.047-35, residente e domiciliado nesta cidade de Cocos-BA, legalmente investido e no exercício pleno do mandato de Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE**.

Nos termos da Lei n.º 10.520/2002, da Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; Decreto Municipal n.º 045/2018 e Lei Municipal n 496/2007; aplicando-se, subsidiariamente, Decreto nº 8.250/2014 alterado pelo Decreto nº 9.488/2018 e a Lei Federal n.º 8.666/1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 007-2021, homologado pelo Prefeito Municipal em 14 de maio de 2021;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual aquisição dos itens constantes no lote a seguir elencado, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **BAHIA MÉDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.229.287/0001-01, com sede na Rua José de Deus Pereira, nº 287, Galpão A, Bairro Caiçara, CEP: 46.430-000, Guanambi-BA, neste ato representada pelo Sr. Cássio Urban Santana Lima, portador do RG nº 940486300 SSP-BA e CPF nº 033.549.195-23, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame, doravante denominada **CONTRATADA**.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos e ordem judicial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cocos-Ba, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

LOTE - MEDICAMENTOS INJETÁVEIS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	MARCA	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
1	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML- SOL INJET	Ampola	HIPOLABOR	1.000	6,33	6.330,00
2	AMICACINA 50MG/ML	Ampola	TEUTO	300	1,74	522,00
3	AMINOFILINA 24 MG/ML 10 ML. .	Ampola	FARMACE	1.200	1,14	1.368,00



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

4	AMIODARONA 50MG/ ML - AMPOLA C/ 3ML	Ampola	HIPOLABOR	2000	2,37	4.740,00
5	AMPICILINA 1 GR	Ampola	BLAU	6.000	4,42	26.520,00
6	AMPICILINA 500 GR	Ampola	BLAU	6.000	1,33	7.980,00
7	ATROPINA SULFATO 0,25 MG/1 ML	Ampola	FARMACE	1.000	0,90	900,00
8	ATROPINA SULFATO 0,50 MG/ML 1ML.	Ampola	HYPOFARMA	2.000	0,63	1.260,00
9	BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 20 MG/ML IM/IV	Ampola	FARMACE	4.000	1,33	5.320,00
10	BROMOPRIDA 5MG/ML	Ampola	U. QUÍMICA	1.200	1,61	1.932,00
11	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML- AMPOLAS C/ 5ML (REF HYPOSCINA COMPOSTA)	Ampola	HYPOFARMA	7.000	2,34	16.380,00
12	CEFALOTINA SÓDICA 1G- PÓ PARA SOL+ DILUENTE	FR/AMP	BLAU	10.900	7,61	82.949,00
13	CEFTRIAXONA 1GR- AMPOLA+DILUENTE	FR/AMP	BLAU	9.000	8,84	79.560,00
14	CEFTRIAXONA 500 MG+DILUENTE	FR/AMP	NOVA FARMA	5000	1,60	8.000,00
15	CETOPROFENO 100MG/ML- (IM) INJETÁVEL	Ampola	U. QUÍMICA	3.000	1,61	4.830,00
16	CETOPROFENO 100MG/ML- (IV) INJETÁVEL	Ampola	U. QUÍMICA	6.500	3,12	20.280,00
17	CIMETIDINA 150MG/ML 2 ML. ..	Ampola	HYPOFARMA	2.000	1,07	2.140,00
18	CLINDAMICINA FOSFATO DE 600MG /4MLDE	Ampola	HYPOFARMA	1.000	5,38	5.380,00
19	COMPLEXO B, SOLUCAO INJETAVEL 2 ML.	Ampola	HYPOFARMA	12.000	1,38	16.560,00
20	DESLANOZIDIO 0,2 MG/ML	Ampola	U. QUÍMICA	300	1,87	561,00
21	DEXAMETASONA FOSFATO DI-SODICO 2MG/ML F.A 1ML.	Ampola	HYPOFARMA	6.000	1,00	6.000,00
22	DEXAMETASONA FOSFATO DI-SODICO 4MG/ML F.A 1ML.	Ampola	FARMACE	10.000	0,96	9.600,00
23	DICLOFENACO SODICO 75 MG 3ML. ..	Ampola	FARMACE	13.000	0,92	11.960,00
24	DIMENIDRATO, + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA, 50+50MG/ML, 1ML.	Ampola	U. QUÍMICA	4800	1,65	7.920,00
25	DIPIRONA SODICA 500 MG/ML 2ML. ..	Ampola	SANTISA	12.000	0,79	9.480,00
26	DIPROPIONATO DE BETAMETAZONA 5MG/ML + FOSFATO DE SÓDICO DE BETAMETAZONA 2MG/ML 1 ML	Ampola	CRISTÁLIA	600	3,01	1.806,00
27	DRAMIN B6	Ampola	TAKEDA	3.000	1,30	3.900,00
28	EPINEFRINA 1 MG/ML 1ML.	Ampola	BLAU	600	2,31	1.386,00
29	ETILEFRINA, CLORIDRATO 10MG/ML 1ML. ..	Ampola	U. QUÍMICA	600	1,60	960,00
30	FUROSEMIDA 20MG/ML AMPOLA .	Ampola	FARMACE	4.000	0,59	2.360,00
31	GENTAMICINA, SULFATO 40 MG/ML- SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola	NOVA FARMA	1.500	0,78	1.170,00
32	GENTAMICINA, SULFATO 80MG/ML- SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola	NOVA FARMA	4.000	1,09	4.360,00
33	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 20MG/ML- SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola	CRISTÁLIA	400	6,23	2.492,00
34	HIDROCORTISONA 100MG - PÓ LIOFILO PARA SOLUÇÃO INJETAVEL	FRASCO/AMP	NOVA FARMA	5.000	4,17	20.850,00
35	HIDROCORTISONA 500MG - PÓ LIOFILO PARA SOLUÇÃO INJETAVEL	FRASCO/AMP	NOVA FARMA	4.800	6,23	29.904,00
36	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 2% C/VASO	Ampola	HYPOFARMA	1.200	4,12	4.944,00
37	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO 2% S/V - AMP C/ 20ML	Ampola	HYPOFARMA	1000	3,43	3.430,00
38	METILERGOMETRINA	Ampola	BELFAR	1.200	1,69	2.028,00
39	METOCLOPRAMIDA, 5 MG/ML AMPOLA 2 ML.	Ampola	FARMACE	8.400	0,56	4.704,00
40	METRONIDAZOL 5MG/ML- 100ML	Ampola	HALEX ISTAR	2.000	4,17	8.340,00
41	OMEPRAZOL SÓDICO 40MG + DILUENTE - PÓ INJETÁVEL	Ampola	BLAU	3.000	34,20	102.600,00



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

42	ONDANSETRONA 2MG/ML - AMPOLA COM 2ML	Ampola	HYPOFARMA	1.200	1,43	1.716,00
43	OXACILINA SÓDICA 500MG + DILUENTE	Ampola	BLAU	3.000	2,35	7.050,00
44	OCITOCINA 5UI/ML - AMPOLA C/ 1ML	Ampola	U. QUÍMICA	3.000	1,63	4.890,00
45	SUCROFER 20MG/ML 5ML	Ampola	TAKEDA	300	4,22	1.266,00
46	PROMETAZINA, SOL INJ 25MG/ML AMP 2ML. .	Ampola	SANVAL	5000	2,31	11.550,00
47	RANITIDINA, SOL INJ 25MG/ML, AMP COM 2ML,	Ampola	FARMACE	7.000	0,26	1.820,00
48	VITAMINA C , SOL INJ , 500MG , AMPOLA 5 ML.	Ampola	HYPOFARMA	9.000	0,85	7.650,00
49	NENIDO 250MG/ML UNDECILATO DE TESTOSTERONA	AMPOLA	BAYER	12	54,00	648,00
50	VITAMINA K (FITOMENADIONA) 10MG/ML - AMPOLA COM 1ML	Ampola	CRISTÁLIA	1.000	1,50	1.500,00
TOTAL						571.796,00
LOTE 3 - SOLUÇÕES PARENTERAIS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QTD.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	AGUA PARA INJECAO 10ML	Ampola	FARMACE	20.000	0,29	5.800,00
2	AGUA PARA INJEÇÃO DE 100	Ampola	FRESENIUS	120	1,74	208,80
3	AGUA PARA INJEÇÃO DE 1000	Ampola	FRESENIUS	120	1,84	220,80
4	CIPROFLOXACINO 2MG/ML 200ML	UND	FRESENIUS	800	21,00	16.800,00
5	CLORETO DE POTASSIO 10 % (OU 1,34 MEP/ML K) 10ML.	Ampola	HALEX ISTAR	100	0,44	44,00
6	CLORETO DE SODIO 0,9% 100ML	Ampola	HALEX ISTAR	3.500	2,16	7.560,00
7	CLORETO DE SODIO 0,9% 250ML	Ampola	HALEX ISTAR	6000	1,52	9.120,00
8	CLORETO DE SODIO 0,9% 500ML	Ampola	FRESENIUS	18.000	2,78	50.040,00
9	CLORETO DE SODIO 10% 10 ML. .	Ampola	HALEX ISTAR	100	0,44	44,00
10	CLORETO DE SODIO 20% 10 ML. .	Ampola	HALEX ISTAR	100	0,44	44,00
11	ENEMA DE GLICERINA 500 ML 120MG/ML	UND	CRISTÁLIA	200	5,00	1.000,00
12	FOSFATO DE SODIO (MONOBASICO 160 MG/ML E DIBASICO 60MG/ML) ENEMA SOLUÇÃO FRASCO DE 130ML.	UND	CRISTÁLIA	500	4,00	2.000,00
13	GLICOSE, SOLUCAO INJETAVEL 25%, 10ML. ..	Ampola	HALEX ISTAR	300	0,42	126,00
14	GLICOSE, SOLUCAO INJETAVEL 50%, 10ML. ..	Ampola	HALEX ISTAR	300	0,44	132,00
15	SORO GLICO-FISIOLOGICO 250 ML	UND	HALEX ISTAR	3.000	1,05	3.150,00
16	SORO GLICO-FISIOLOGICO 500 ML	UND	FRESENIUS	4.000	2,89	11.560,00
17	SORO GLICOSADO 5% 250 ML	UND	FRESENIUS	3.000	2,12	6.360,00
18	SORO GLICOSADO 5% 500 ML	UND	FRESENIUS	14.000	2,82	39.480,00
19	SORO MANITOL 20% 250 ML	UND	FRESENIUS	100	4,19	419,00
20	SORO METRONIDAZOL 5MG/ML -100ML	UND	HALEX ISTAR	600	4,17	2.502,00
21	SORO RINGER COM LACTATO 500 ML	UND	FRESENIUS	4.000	2,90	11.600,00
22	SULFATO DE MAGNESIO 105	UND	HALEX ISTAR	600	1,12	672,00
TOTAL						168.882,60
LOTE 06 - ANTI-SÉPTICOS E ESTERILIZANTES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QTD.	V. UNIT.	TOTAL
1	ÁCIDO ACETICO 5% 1000 ML	LT	DINÂMICA	1200	17,65	21.180,00



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

2	AGUA DESTILADA GALÃO 5L	GL	CPOH	100	10,39	1.039,00
3	ACIDO PARACETICO 0,2% 5L	GL	RIOQUÍMICA	30	141,42	4.242,60
4	ÁGUA OXIGENADA 10 VOL 1000 ML	LT	FARMAX	500	3,90	1.950,00
5	ÁLCOOL 70% 1000 mL CX COM 12 UNID	LT	VICPHARMA	3000	4,65	13.950,00
6	ÁLCOOL ABSOLUTO 1000 mL	LT	JALLES	800	5,89	4.712,00
7	ÁLCOOL GEL 800mL	LT	PREMISSE	400	12,48	4.992,00
8	ÁLCOOL IODADO 1000 mL	LT	VICPHARMA	300	10,17	3.051,00
9	CLOREXIDINA 2% SABÃO	LT	RIOQUÍMICA	120	13,53	1.623,60
10	DETERGENTE ENZIMATICO GALÃO 1L	LT	PROLINK	100	18,15	1.815,00
11	ÉTER ALCOOLIZADO (ETER 35% + ALCOOL 96%) 1000 ML	LT	VICPHARMA	100	25,75	2.575,00
12	FORMOL 10% LITRO	LT	DINÂMICA	30	10,17	305,10
13	FORMOL 39% LITRO	LT	CROMOLINE	30	22,53	675,90
14	GEL CONDUTOR P/ULTRASOM 5 LITROS	GAL	FACILIMPE	30	34,24	1.027,20
15	GLUTARALDEIDO 2% GALÃO DE 5L 30 DIAS	GAL	CINORD	30	62,80	1.884,00
16	HIPOCLORITO DE SÓDIO, CONCENTRAÇÃO MÍNIMA 1% 5 L	GAL	PROLINK	50	9,83	491,50
17	IODOPOVIDONA DEGERMANTE 1000mL	LT	VICPHARMA	1000	18,94	18.940,00
18	IODOPOVIDONA TINTURA 1000 ML	LT	VICPHARMA	1000	17,23	17.230,00
19	SOLUÇÃO DE LUGOL 2%L	FR	DINÂMICA	20	70,60	1.412,00
20	SOLUÇÃO DEGERMANTE DE CLOREXIDINA 2% C/1LT	Litro	RIOQUÍMICA	120	13,53	1.623,60
21	VASELINA LIQUIDA 1000ML	UND	VICPHARMA	50	20,33	1.016,50
22	GLICERINA LÍQUIDA	UNID.	CINORD	48	23,19	1.113,12
23	CARVÃO ATIVADO PÓ	UND	FLORA FIORA	2000	6,00	12.000,00
24	VASELINA SÓLIDA 500GR	UND	CINORD	1000	13,50	13.500,00
					TOTAL	132.349,12
LOTE 07 - ORDEM JUDICIAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QTD.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	CARVILON SPRAY	UND.	3M	24	228,44	5.482,56
2	COBERTURA ANTIMICROBIANA 10 X 10CM	PLACA	CURATEC	12	109,20	1.310,40
3	COMBIGAN COLÍRIO	UND.	ALLERGAN	100	124,27	12.427,00
4	COMPRESSAS DE GAZES 13 FIOS ESTERIL C/10 UNDS	UND.	ECOMAX	1500	0,60	900,00
5	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL	UND.	BIOBASE	1000	1,34	1.340,00
6	FITA CREPE	UND.	CIEX	100	4,29	429,00
7	FITA MICROPOROSA HIPOALERGICA 10CM X 10MT	UNDS	MISSNER	120	10,37	1.244,40
8	FRASCOS PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL 300ML	UND.	BIOBASE	1000	0,91	910,00
9	GLIFAGE XR 500MG	COMP	MERCK	5000	0,57	2.850,00
10	LAMOTRIGINA 100 MG	COMP	TEUTO	1500	0,79	1.185,00
11	LENÇO UMEDECIDO	PACOTE	JOHNSON	90	26,43	2.378,70
12	LEUCOGEN	FRASCO	ACHÉ	36	124,33	4.475,88
13	MAREVAN 5MG	COMP	FQM	3000	0,96	2.880,00



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

14	MESALAZINA 800MG	COMP	E.M.S	1500	4,98	7.470,00
15	MIRTAZAPINA 30 MG	COMP	SANDOZ	800	7,38	5.904,00
16	NUTRISON ENERGY MF OU ISOSOURCE 1,5+FIBER (MODULO DE FIBRA DE 260 G)	LITROS	NESTLÉ	730	45,76	33.404,80
17	PEG 4000 SEM ELETROLITOS	UND.	MYRALES	450	3,09	1.390,50
18	PROLOPA HBS 125 MG	COMP	ROCHÉ	1000	2,70	2.700,00
19	RIVOTRIL	FRASCO	ROCHÉ	24	22,91	549,84
20	SONDA PARA GASTRONOMIA DE TRÊS VIAS (KANGAROO)	UND.	KANGARAO	5	407,00	2.035,00
21	TAMOXIFENO 20 MG	COMP	SANDOZ	1000	5,86	5.860,00
22	TEROLAC COLÍRIO	COMP	LATINO FARMA	400	46,33	18.532,00
23	TRAVATAN COLÍRIO (COM 5ML)	FRASCO	NOVARTIS	36	298,88	10.759,68
24	TRIMETAZIDINA 35 MG	COMP	SERVIER	1500	2,26	3.390,00
25	VALSARTANA 320MG	COMP	E.M.S	3000	0,92	2.760,00
26	XARELTO 15 MG	COMP	BAYER	360	10,17	3.661,20
27	XARELTO 20 MG	COMP	BAYER	1.000	10,17	10.170,00
TOTAL						146.399,96

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Saúde.

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

2.2.1. Fundo Municipal de Saúde;

2.3. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e do Decreto Municipal n.º 045-2018 e subsidiariamente ao Decreto Federal n.º 4.488/2018, e na Lei n.º 8.666/1993.

2.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

2.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.3.3. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

2.4. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 7º do Decreto Municipal n.º 045-2018.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.2.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

4.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

4.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.1.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

5.2.1. por razão de interesse público; ou

5.2.2. a pedido do fornecedor

5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

6.1.1. O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.3. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta ao Certificado de Registro Cadastral - CRC, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados poderão ser anexados aos autos do processo.

6.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

6.5. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.5.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

6.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.7. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993.

7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n.º39, de 13/12/2011.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

8.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 045-2018, e subsidiariamente no Decreto Federal n.º 4.488/2018

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

9.2.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 19 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 9.079, de 1990);

9.2.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

9.2.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.2.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

9.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.2.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9.3. A Contratante obriga-se a:

9.3.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

9.3.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

9.3.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.3.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.3.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.5. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. Os bens serão recebidos:



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

10.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

10.3. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) poderá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da entrega de cada item, e somente após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) poderá ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, §3º da Lei n.º 8.666/1993.

11.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

11.2.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta Certificado de Registro Cadastral - CRC e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

habilitação da Contratada, podendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

11.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

11.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

11.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666/1993.

12.3. O representante da administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e do Decreto Municipal n.º 045-2018 a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

13.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

13.1.2. Apresentar documentação falsa;

13.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

13.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.6. Cometer fraude fiscal;

13.1.7. Fizer declaração falsa;

13.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

13.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento do CRC, pelo prazo de até cinco anos;

13.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 045-2018, a Contratada que, no decorrer da contratação:

13.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

13.3.2. Apresentar documentação falsa;

13.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

13.3.4. Cometer fraude fiscal;

13.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

13.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Cocos, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

n.º97/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.219/2011 e n.º 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Cocos e descredenciamento no CRC pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

13.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

13.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

13.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993.

13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

13.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

13.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Certificado de Registro Cadastral - CRC.

13.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

14.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços N.º 007-2021 e a proposta da empresa.

14.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei n.º 10.520/2002 Decreto Municipal n.º 045-2018 da Lei n.º 9.079/1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006, e alterações e subsidiariamente da Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

14.4. O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do Município de Cocos - Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cocos-Ba, 17 de maio de 2021.

MUNICÍPIO DE COCOS-BA
CNPJ: 14.222.012/0001-75
CONTRATANTE

BAHIA MÉDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CNPJ: 15.229.287/0001-01
CONTRATADA